

O Reverso do Postal: uma análise das atividades de uso público na região da Estação Ecológica de Anavilhanas, Estado do Amazonas, Brasil

José Eduardo Lozano Badialli

Universidade Federal do Amazonas

Jose D'Arc Ribeiro †

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

Resumo: O presente estudo aborda as questões relativas às atividades de uso público realizadas na Estação Ecológica de Anavilhanas e em sua área de entorno. O referencial teórico para a fundamentação da pesquisa prende-se à análise destas atividades em quatro comunidades – Costa do Araras, Jaraqui, Terra Preta e Cuieras, localizadas no entorno dessa unidade de conservação. Apesar das restrições legais referentes ao uso público em estações ecológicas, estas atividades são largamente executadas em função da demanda existente. Os resultados da pesquisa sugerem que é necessária além de uma conscientização, a capacitação por parte dos envolvidos para que as atividades de uso público atinjam a sustentabilidade ambiental, social, cultural e econômica.

Palavras chave: Área protegida; Desenvolvimento sustentável; Alterações socioambientais, Populações tradicionais; Amazônia

Abstract: This thesis addresses questions about the public use activities carried out in the Anavilhanas Ecological Station and surrounding area. The theory grounding this researching is based on the analysis of this activities in four communities – Costa do Araras, Jaraqui, Terra Preta e Cuieras -, located near this protected area. In spite of the legal limitations regulating its use, this frequently occurs due to demand. The research results suggest that are needed to make people aware and to qualify to achieve the environmental, social, cultural and economical sustainability..

Keywords: Protected area; Sustainable development; Socio-environmental change; Traditionals peoples; Amazonia

† José E. Lozano es Mestrando do Curso de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. E-mail: edubadi@horizon.com.br

Joana D'Arc es Doutora em Ecologia. E-mail: jd@inpa.gov.br

Introdução

As áreas naturais protegidas desempenham um importante papel na manutenção da sustentabilidade ambiental, preservando as características primárias dos diferentes biomas que compõem a biosfera. O principal propósito para a criação dessas áreas, na maioria dos casos, era de preservar espécies da flora e fauna e habitats únicos com riscos potenciais de extinção. O constante aumento da popularidade das áreas naturais protegidas como destino turístico, de acordo com Ceballos-Lascurain (1996), deveria merecer mais atenção das autoridades.

A possibilidade de aproveitamento das áreas protegidas para o uso público tem sido considerada como uma alternativa para a conservação da biodiversidade destes locais, principalmente pelos gestores e formadores de políticas públicas. No entanto, mais recentemente, tem havido uma tendência de se considerar o elemento humano como parte integrante da conservação destas áreas (Wearing & Neil, 1999).

Para atender o desenvolvimento sustentado das comunidades tradicionais localizadas em áreas naturais ou ao redor de parques e reservas, o turismo tem sido usado como forma de incentivo econômico. Entretanto, poucas tentativas tem sido feitas para compreender o desenvolvimento dos diferentes tipos de turismo e seus impactos sobre os ambientes e comunidades (Giongo *et al.*, 1993; Pearce, 1994).

O Estado do Amazonas em particular, recebe um número razoável de visitantes que se hospedam em hotéis urbanos, os apart-hotéis e os hotéis de selva – também chamados *lodges*. Segundo dados da Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto – SEC (2002), nos primeiros três meses de 2002, o número de turistas registrados nos hotéis e alojamentos de selva foi de 9.636 o que correspondeu a um acréscimo de 10,77% quando comparado com o mesmo período de 2001.

Considerando-se que os turistas que se hospedam nos *lodges*, na maioria dos casos,

procuram visitar as áreas naturais protegidas, pode-se presumir a crescente demanda por essas áreas para o uso público. Salienta-se que estes aumentos percentuais correspondem a um período conturbado para o turismo mundial, devido aos incidentes ocorridos na cidade de New York em 11 de setembro de 2001.

A Estação Ecológica (ESEC) de Anavilhanas, localizada no Estado do Amazonas, tem atraído um grande número de visitantes ansiosos por conhecer um dos maiores arquipélagos fluviais do mundo. O modo de vida das populações tradicionais sejam elas formadas por caboclos ou indígenas, pode ser conhecido através das comunidades situadas no entorno da estação ecológica, assentadas às margens do Rio Negro e nos igarapés e lagos próximos (IBAMA, 1999).

Mas como conciliar os objetivos principais da criação de áreas protegidas com o uso público? Quais são as principais alterações socioambientais envolvidas com esta atividade e de que forma elas poderiam ser manejadas? Como os diferentes setores envolvidos com esta atividade compreendem estas alterações? Diante dessas questões procurou-se analisar as atividades de uso público na região da ESEC de Anavilhanas.

A Estação Ecológica de Anavilhanas e sua área de entorno

A ESEC de Anavilhanas está localizada no Estado do Amazonas, banhada pelo Rio Negro. Esta localizada aproximadamente quarenta quilômetros de Manaus, capital do Estado. Sua área é de 350.018 hectares, abrangendo 28,57% do município de Manaus e 71,43% do município de Novo Airão, localizando neste último, a sede da unidade de conservação (IBAMA, 1999). Com características singulares, o arquipélago é composto por aproximadamente 400 ilhas (localizadas próximas a Manaus), “porta de entrada” dos turistas nacionais e estrangeiros. Sua área de entorno está cercada por outras unidades de conservação, o que em tese favorece a conservação da região. Outro ponto favorável ao turismo nessa região é a água escura do Rio Negro, que desfavorece

a proliferação de insetos devido ao grau de acidez e da pouca quantidade de sedimentos (SALATI *et al.*, 1983).

O Rio Negro, onde se localiza o arquipélago de Anavilhanas, é uma via fluvial transitável de barcos que possui inúmeros igarapés, paranás e vários canais entre as ilhas. Os rios de bacias de águas pretas, como o Rio Negro, são conhecidos regionalmente como “rios de fome”, dada às condições ecológicas predominantes, principalmente pelo regime hídrico que estabelece uma situação de *stress* hidrológico de ciclos de alagamento e seca, e pela condição oligotrófica do ambiente.

Arumã (*Calathea* sp.), o Cipó-titica (*Heteropsis spruceana*) e o Timbó (*Derris* sp.).

Quatro dessas comunidades tradicionais foram objetos desse estudo: Costa do Araras, Jaraqui, Terra Preta e Cuieiras. As comunidades de Costa do Araras e Jaraqui são formadas por população cabocla, oriunda de diferentes regiões da Amazônia. Elas estão localizadas na margem esquerda do Rio Negro (Figura 1), onde a área de entorno da ESEC de Anavilhanas se sobrepõe à área do Parque Estadual do Rio Negro Setor Sul. Já as comunidades de Cuieiras e Terra Preta são



Figura 1. Imagem de satélite com a localização da ESEC de Anavilhanas e as comunidades estudadas. Fonte: modificado de EMBRAPA, 2001.

As comunidades tradicionais estudadas

De acordo com o Plano de Manejo de Anavilhanas, a ESEC é uma das poucas unidades de conservação do Brasil com “a situação fundiária resolvida” (IBAMA, 1999). Das 54 famílias que residiam nas terras de Anavilhanas, a maioria foi cadastrada, indenizada e realocada. São ricas em tradições herdadas das diversas formações étnicas que as compõem. O artesanato é uma atividade econômico-cultural presente na região, usando como matéria-prima, principalmente, a palmeira

constituídas predominantemente por etnias indígenas da região do alto Rio Negro e do médio Solimões.

As comunidades de Terra Preta e Cuieiras são consideradas comunidades indígenas, apesar da evidente miscigenação de seus habitantes com não-índios. A comunidade Terra Preta é composta predominantemente pela etnia Baré, e também por uma minoria Tukano e Baniwa. Todos na comunidade falam o idioma Nheengatú, considerado a língua geral das etnias indígenas do alto Rio Negro. Já a comunidade Cuieiras é composta exclusivamente pela etnia

Kambeba, falando o próprio idioma. Ambas se expressam também na língua portuguesa, exceção feita aos indivíduos mais idosos, que se comunicam unicamente na língua nativa. O acesso até essas localidades somente pode ser feito por via fluvial.

A escolha dessas quatro comunidades foi baseada no Plano de Manejo da ESEC de Anavilhanas. Elas estão localizadas na chamada “porta de entrada” da Estação Ecológica, região mais próxima a Manaus e a alguns dos maiores hotéis de selva da Amazônia brasileira (SEC, 2001).

Metodologia

Optou-se por desenvolver nesse trabalho uma pesquisa aplicada de caráter descritivo (Selltiz *et al.*, apud Gil, 1999),

como a melhor forma de compreender as atividades de uso público realizadas na Estação Ecológica de Anavilhanas e área de entorno. Os trabalhos de coleta de informações para o desenvolvimento do estudo e análise foram realizados no período de março a novembro de 2002. Também se concentrou uma pesquisa com os guias e os turistas na cidade de Manaus (aeroporto, nas agências e instituições públicas) no mesmo período.

Foram definidos cinco grupos (Quadro 1) para a coleta dos dados: comunidades indígenas e não-indígenas; turistas brasileiros e estrangeiros; responsáveis por agências turísticas e hotéis de selva (*trade*³ turístico local); guias de turismo; e instituições públicas federais, estaduais e municipais que atuam na área ambiental e turística.

Grupo	Nº de entrevistados	Método	Observação
Comunidades indígenas e não-indígenas	76 (famílias)	Entrevista estruturada contendo perguntas abertas e fechadas.	A amostra foi representada por 1 (um) indivíduo por família, maior de dezesseis anos.
Turistas brasileiros e estrangeiros	134 (ind.)	Entrevista estruturada contendo perguntas abertas e fechadas.	A amostra foi representada por turistas que visitaram as comunidades escolhidas, os hotéis de selva da região ou estavam de partida no aeroporto de Manaus.
Responsáveis por agências de turismo e hotéis de selva	8 (ind.)	Entrevista estruturada contendo perguntas somente de caráter aberto.	A amostra foi representada por 1 (um) indivíduo por agência ou hotel de selva.
Guias de turismo	17 (ind.)	Questionário para autopreenchimento contendo perguntas abertas e fechadas.	Profissionais que conheciam a área de estudo.
Instituições públicas	5 (ind.)	Entrevista estruturada contendo perguntas somente de caráter aberto.	As instituições públicas selecionadas foram: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), através da gerência da ESEC e do núcleo de unidades de conservação; Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM); Secretaria de Estado de Cultura, Turismo e Desporto (SEC); e Secretaria de Desenvolvimento do Meio Ambiente de Manaus (SEDEMA).

Quadro 1 – Grupos entrevistados e os métodos utilizados, no período de março a novembro de 2002.

Resultados e Discussão

Percepção sobre as alterações socioambientais

Apesar de não haver formalmente um plano de uso público na ESEC de Anavilhanas até o presente momento, e também a ausência de uma legislação que permite atividades turísticas em estações ecológicas, constata-se a presença de visitação pública nessas áreas. O uso público, como qualquer outra atividade em ambientes naturais e sociais, provoca alterações em relação às situações encontradas inicialmente (Roe *et al.*, 1997; Figueiredo, 1996; Giongo *et al.*, 1993). Para entender essas alterações, foi necessário ter como indicador a percepção das comunidades.

Foram apresentados nove indicadores de alterações socioambientais considerados positivos e oito indicadores de alterações considerados negativos pelas comunidades. Suas respostas relacionadas com as alterações pelo uso público foram sim, não ou indiferentes (Quadro 2 e 3). As respostas fechadas apesar de suas limitações, foram necessárias para padronizar e facilitar no entendimento da percepção das comunidades quanto ao meio que os cercam.

Analisando a relação de alterações consideradas positivas pela comunidade apresentadas no Quadro 2, constata-se que a presença dos turistas foi um incentivo na mudança paisagística das moradias. Alguns plantaram flores em frente as suas casas ou em seus quintais. Sobre o fluxo de embarcações até as comunidades, também foram percebidos um aumento e, conseqüentemente, uma melhora no transporte até as outras localidades da região. Este indicador pode ser considerado importante devido à dificuldade que os moradores destas comunidades têm para se deslocar, principalmente quando há alguma necessidade premente. A comunicação entre as comunidades via telefonia, rádio ou mesmo por meio de recados escritos enviados através das embarcações foi outro indicador considerado positivo.

No que diz respeito à melhora dos serviços comunitários (escola, posto de

saúde e infra-estrutura para atracar barcos) e também ao estímulo à formação de organização comunitária, não houve identificação destes itens com o uso público por parte das comunidades.

Indicadores	Comunidades Não indígenas	Comunidades Indígenas
As casas ficaram mais enfeitadas, com flores e outras plantas?	Sim	Sim
Aumentou o nº de embarcações que chegam até a comunidade?	Sim	Indiferente
Melhorou o transporte para outras localidades?	Sim	Sim
Melhorou a comunicação com outras comunidades?	Sim	Indiferente
Houve melhora dos serviços públicos (escola/posto de saúde/atracadouro)?	Não	Indiferente
Houve estímulo para a apresentação de rituais e/ou festas tradicionais?	Não	Sim
Aumentou a quantidade de empregos?	Sim	Sim
Aumentou a renda de sua família?	Não	Sim
Estimulou a formação de algum tipo de organização comunitária (associação/cooperativa)?	Não	Indiferente

Quadro 2. Respostas das comunidades do entorno da ESEC, consideradas positivas para as alterações socioambientais, no período de março a novembro de 2002.

Quando foi perguntado aos entrevistados se as atividades de uso público estimularam a apresentação de rituais e/ou festas tradicionais, foram registradas diferentes respostas entre as comunidades. As não-indígenas afirmaram que não houve estímulo. Essa resposta sugere que estas comunidades não reconhecem as festas tradicionais como de interesse para os visitantes. Já as comunidades indígenas disseram que a visita de turistas estimulou a apresentação de rituais. Esses são um dos principais atrativos para os visitantes que procuram estas comunidades, razão pela qual elas se empenham em executar pelo menos alguns dos rituais mais tradicionais para sua cultura. No entanto, é importante ressaltar que a comunidade de Terra Preta apresenta alguma resistência em relação a estas manifestações religiosas, pois segundo o Tuxaua (líder da tribo), “todos se converteram à Igreja Assembléia de Deus e não mais acreditam nesses rituais”.

Em relação às atividades econômicas, ligadas às questões de emprego e renda, houve um senso comum nas respostas. Para as comunidades indígenas, o fato de receber turistas que vêm visitar Anavilhanas promoveu um aumento no número de empregos e, conseqüentemente, na renda dos envolvidos. As comunidades indígenas entrevistadas contam com o benefício de manterem atividades organizadas para sua sobrevivência, transferindo esta experiência para as atividades de uso público. Os integrantes das comunidades desempenham papéis diferentes como guias de selva, guias culturais, artesãos, dançarinos, dentre outros. Já para as comunidades não-indígenas as respostas foram diferentes. A maioria reconheceu que houve um aumento na quantidade de empregos, mas não na renda das pessoas.

A percepção das comunidades sobre o benefício do turismo para melhoria da qualidade de vida, foi unânime quanto aos resultados benéficos. Todos responderam que “... acreditavam no turismo, mas que as atividades deveriam ser compartilhadas com mais integrantes destas comunidades”. O fato é que as comunidades Jaraqui e Costa do Araras não possuem uma organização de seus integrantes tal como as comunidades indígenas. Prevalece, um

grande individualismo quanto aos benefícios advindos das atividades de uso público nestas localidades, excluindo deste processo a maior parte de seus integrantes.

Já no Quadro 3, que descreve as alterações consideradas negativas, pode-se verificar que os entrevistados não identificaram as alterações geradas pelas atividades de uso público relacionadas ao aumento do lixo, ao prejuízo das atividades rotineiras de sobrevivência e a alguns tipos de comportamento social, principalmente quanto à forma de se vestir e ao uso de drogas, prostituição, e outros. Após o início das atividades turísticas houve um aumento no número de casas e outras construções nas comunidades. Mas quando questionados se houve aumento do número de habitantes, as respostas não foram iguais. As comunidades indígenas disseram que não houve aumento deste número. Eles afirmaram que as novas construções pertencem a moradores que momentaneamente estavam residindo em outras localidades. Já os integrantes das comunidades não-indígenas afirmaram que as casas pertencem a novos moradores, ou mesmo antigos moradores que haviam se mudado para Manaus em busca de trabalho, e que retornaram com a esperança de trabalhar com as atividades turísticas.

Outro fato relevante a ser analisado está relacionado à forma e ao tipo de material utilizado nas construções das residências. As comunidades não-indígenas, em sua maioria, constroem suas habitações com madeira e telhado de zinco ou com telhas de amianto. As comunidades indígenas, por sua vez, utilizavam também a madeira e telhados de folhas de palmeiras. Mas, ultimamente, está existindo uma tendência em mudar o material dos telhados para o zinco. Essa descaracterização foi justificada pelos moradores devido ao fato de que as folhas de palmeira não são mais encontradas na região, ou mesmo porque as folhas de palmeira precisam de constante manutenção, não ficando “...visualmente bonita para os turistas”.

As possíveis alterações socioambientais relacionadas ao uso público também foram apresentadas para os turistas sob a forma de indicadores para que os mesmos

respondessem após o passeio. Também se perguntou sobre a relação entre a sobrevivência das comunidades visitadas e as atividades turísticas. É importante salientar que os indicadores escolhidos foram aqueles que os turistas encontravam com maior frequência durante os passeios na região. As respostas obtidas foram expostas no Quadro 4.

Pode-se observar que não houve diferença de opinião entre os turistas brasileiros e estrangeiros para os itens apresentados no Quadro 4. Eles também não observaram, pelo menos de forma significativa, as alterações socioambientais

apresentadas na forma de indicadores. Este fato pode ser explicado, uma vez que os turistas não são levados a lugares que apresentam impactos mais severos. Quando uma área começa a apresentar alterações ambientais ou sociais, as agências ou os guias responsáveis pelos passeios, em sua maioria, simplesmente escolhem outra área. Para Ruschmann (1997), os profissionais do turismo não se julgam responsáveis pelos danos ao meio ambiente, pois estão integralmente engajados na venda dos produtos e, no seu entender, já arcam com custos promocionais bastante elevados.

Indicadores	Comunidades Não-Indígenas	Comunidades Indígenas
Aumentou a quantidade de lixo na comunidade?	Não	Não
As atividades de (caça, pesca, agricultura, etc.) foram prejudicadas pelo turismo?	Não	Não
Aumentou o nº de habitantes na comunidade?	Sim	Não
Houve aumento do número de residências e outras construções na comunidade?	Sim	Sim
Os materiais e estilos empregados nas construções sofreram alterações?	Não	Sim
Houve mudança nos hábitos cotidianos dos habitantes da comunidade?	Sim	Não
Houve mudança na forma de se vestir dos habitantes da comunidade?	Não	Não
Houve mudança no comportamento social da população (drogas, prostituição e atividades ilícitas)?	Não	Não

Quadro 3 - Respostas consideradas negativas para as alterações socioambientais no período de março a novembro de 2002.

Indicadores	Brasileiro	Estrangeiro
Vegetação bem conservada.	Sim	Sim
Animais selvagens livres.	Sim	Sim
Trilha na floresta bem conservada.	Sim	Sim
Animais selvagens presos.	Não	Não
Lixo em locais impróprios.	Não	Não
Barulho excessivo durante os passeios.	Não	Não
As comunidades conseguem se beneficiar economicamente das atividades turísticas.	Sim	Sim

Quadro 4 - Respostas dos turistas sobre as alterações socioambientais positivas e negativas, no período de março a novembro de 2002.

A respeito da opinião dos turistas que visitaram a área de estudo no que diz respeito às alterações socioambientais, foi perguntado se eles acreditavam que as atividades de uso público poderiam beneficiar as comunidades e o ambiente natural na região estudada. A resposta foi positiva para 52,75% dos entrevistados, ou seja, a maioria dos visitantes acredita que o uso público pode ser uma alternativa de desenvolvimento sustentável para a ESEC de Anavilhanas e região de entorno. Para 15,75% dos entrevistados, as atividades não beneficiam as comunidades e tampouco a região. E 31,50% dos visitantes acreditam que as atividades poderiam beneficiar, em parte, comunidades e ambientes locais.

Os guias de turismo também foram consultados a respeito das alterações socioambientais geradas pelo uso público. Para 94,1% destes profissionais, elas ocorrem de forma negativa. Dos dezesseis guias que afirmaram ocorrer alteração negativa, somente quatro mencionaram pelo menos um exemplo. Nesse caso, todos os exemplos citados estiveram relacionados ao ambiente natural, com três menções sobre a presença de lixo nos locais visitados. Um outro fato levantado pelos guias e que também serve de alerta para as autoridades está relacionado com a captura de animais selvagens para exibição aos turistas. Deve-se ressaltar que não houve qualquer consideração sobre alterações sociais ou culturais relacionadas às comunidades receptoras.

Com relação ao *trade* turístico, todos afirmaram que o uso público causa alterações socioambientais sobre ambientes naturais e comunidades. Sete integrantes deste grupo reconheceram impactos positivos e negativos, e somente um respondeu não acreditar que ocorresse alteração negativa. Para este entrevistado, as alterações ocorrem positivamente, pois promovem o “desenvolvimento” destas comunidades e regiões visitadas, visto que os turistas levam “dinheiro” para estes locais quando compram artesanato e serviços.

Finalmente, os representantes das instituições públicas também foram questionados sobre as alterações socioambientais resultantes do uso público.

Todos eles responderam afirmativamente sobre a possibilidade de alterações positivas e negativas. Todas também mencionaram a necessidade de planejamento para que estas atividades maximizem as alterações positivas e minimizem as negativas. Vale ressaltar as respostas dos representantes da Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desportos do Amazonas e da Secretaria de Desenvolvimento do Meio Ambiente do município de Manaus, que lembraram a importância do envolvimento das comunidades receptoras no processo de planejamento.

A qualidade dos atrativos turísticos

O artesanato e os rituais tradicionais são os atrativos turísticos de caráter socioculturais mais comumente apresentados aos turistas em seus passeios na área deste estudo. Portanto, resolveu-se conhecer a qualidade destes atrativos perguntando aos turistas sua opinião sobre eles. Foram apresentadas cinco alternativas para que o turista escolhesse uma: excelente, ótimo, bom, regular e péssimo.

Os entrevistados tenderam a escolher as situações medianas (bom) para avaliar a qualidade dos produtos artesanais. A alternativa “péssima” não foi escolhida e existe uma tendência relativamente baixa representando as alternativas extremas. A mesma situação pode ser verificada no que diz respeito aos rituais ou festas tradicionais. Esses resultados sugerem que a qualidade do artesanato e dos rituais poderia ser melhorada, já que esses atrativos são importantes para as atividades turísticas.

A qualidade da informação oferecida ao turista

Para compreender a maneira como as informações possam estar sendo transmitidas, optou-se por analisar os possíveis emissores, formados pelo *trade* turístico, e os receptores formados pelos turistas.

Quando os responsáveis pelas agências e hotéis de selva foram questionados sobre as informações dentro

das atividades turísticas, eles foram unânimes em registrar a importância da transmissão de conhecimentos aos seus clientes. E quando foi perguntado quem era responsável por esta transmissão de informações, também foram unânimes em indicar somente os guias como os detentores desta missão.

Para os guias de turismo entrevistados nesta pesquisa, a informação sobre o modo de vida das populações tradicionais, bem como sobre as questões ambientais, é uma ferramenta importante no sentido de melhorar os serviços oferecidos aos turistas. Quando questionados sobre a forma que os mesmos transmitiam estas informações, 41,18% disse apenas “falar” sobre os atrativos, 23,53% disse “falar e mostrar” aos turistas e 35,29% não soube informar o método utilizado.

Como forma de checar as respostas fornecidas pelos guias resolveu-se perguntar aos turistas se as informações recebidas durante os passeios dos guias eram satisfatórias para eles. Como resposta a esta pergunta, 68,22% dos turistas disse que sim, 14,73% disse que não e 17,05% respondeu que eram em parte.

De acordo com Wearing e Neil (1999), a interpretação e a educação são fatores que diferenciam o ecoturismo do turismo convencional. Portanto, a qualidade da informação oferecida ao turista é um dos elementos importantes nas atividades sustentáveis de uso público em unidades de conservação. Pelas respostas fornecidas pelos guias de turismo, pode-se inferir que eles ainda têm dificuldades de identificar possíveis ferramentas de comunicação que poderiam facilitar a compreensão das informações pelos turistas. E esta conclusão reveste-se de grande importância visto que os representantes de agências e hotéis de selva colocam esta obrigação unicamente para os guias. Se considerarmos na análise os dados evidenciados pelos turistas, pode-se perceber que eles ainda não se encontram totalmente satisfeitos em relação às informações recebidas. Portanto, pelas relações e resultados apresentados, verifica-se que a informação como ferramenta do turismo sustentável, deveria ser mais bem planejada para as atividades de uso público na área de estudo.

Recursos econômicos e humanos disponíveis

Os representantes das instituições públicas ao serem questionados sobre os investimentos econômicos nas atividades de uso público, foram unânimes em considerar que os recursos econômicos disponíveis são insuficientes. A esperança destas instituições reside nos possíveis projetos que deverão ser implementados, disponibilizando recursos para aplicação.

Os recursos humanos também foram considerados insuficientes por todas as instituições. Há que se considerar que somente os técnicos do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, demonstraram um certo otimismo em relação a este aspecto, pois esta instituição realizou recentemente (junho de 2002) concurso público para preenchimento de vagas, devendo atender pelo menos parte da demanda atual.

Instituições Públicas e o trade

Os representantes das instituições públicas afirmaram que freqüentemente ocorrem reuniões entre eles. Nessas reuniões, na maioria das vezes, abordam as questões voltadas para o uso público em áreas protegidas.

Quando se trata do relacionamento entre o *trade* e as instituições públicas, pode-se inferir que ele também é realizado com certa freqüência. A maioria dos representantes das empresas disse ser importante este relacionamento. Entretanto, constatou-se que para alguns essas reuniões não têm importância e em um outro momento, indiferente. Portanto, em termos de intercâmbio de informações entre essas instituições e o *trade*, acredita-se que eles estão sendo realizados com freqüência satisfatória.

Para que haja algum entendimento entre as instituições públicas envolvidas no planejamento das atividades, espera-se que as mesmas se reúnam regularmente a fim de trocar experiências e informações, este é o quadro ideal esperado.

Categoria de unidade de conservação representada por Anavilhanas

É sabido que as Estações Ecológicas,

segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação do Brasil - SNUC (BRASIL, 2000), tem restrições à visitação pública, sendo permitida somente quando a visitação for direcionada objetivamente para a educação e conservação da natureza. E ainda assim, há necessidade de que essas áreas protegidas tenham um plano de uso público aprovado por órgão competente. Entretanto, apesar dessas restrições o uso público acontece nessas áreas, visto que a diversidade socioambiental atrai visitantes de diferentes regiões nacionais e internacionais.

A concepção bem como o entendimento sobre o que é categoria de unidade de conservação, relacionada ao uso público em Anavilhanas foi questionada junto ao *trade*, comunidades e guias. As comunidades em sua maioria, responderam que entendem o que é uma área protegida, apesar de ninguém ter identificado a “categoria de unidade de conservação” representada pela ESEC. Também afirmaram que A ESEC é uma “reserva, em parte é protegida e em parte não é. Sendo assim eles poderiam receber visitação e fazer uso público da área”. Quando questionados se a área ocupada por eles pertence a ESEC, 87,15% respondeu que não, pois “não estavam dentro de Anavilhanas”, e o restante não sabia a resposta. Pode-se inferir por estas respostas que os habitantes não identificaram, ou mesmo não querem identificar as áreas das comunidades com as restrições legais inerentes às estações ecológicas.

Para os guias de turismo e o *trade* o conhecimento sobre a legislação ambiental vigente que permite a visitação pública na ESEC de Anavilhanas e sua área de entorno ainda é incipiente. Na opinião dos guias (35,29%) a lei não permite a visitação pública, ao passo que 23,53% do total entrevistados responderam que era permitida e, 17,65% disse que “a visitação pública era permitida em parte” e 23,53% não sabia a resposta. Diante desse quadro, infere-se a necessidade de qualificação dos guias, uma vez que são eles que recebe e conduz o visitante às áreas naturais.

A maioria (n = 5) dos representantes do *trade* turístico, respondeu que a lei não permite a visitação pública na ESEC. Entretanto, outros três disseram que a

visitação era permitida por lei. Tanto os guias como representantes do *trade* não conseguiram identificar a categoria de Unidade de Conservação à qual Anavilhanas pertence, ou seja, uma estação ecológica.

A satisfação dos turistas a respeito do serviço oferecido

Para conhecer o grau de satisfação do turista em relação ao modelo turístico praticado na ESEC de Anavilhanas e sua área de entorno, solicitou-se que eles avaliassem as atividades turísticas com uma nota entre 1 e 10. De acordo com as respostas em escala de valores (0 – 10), em média percebe-se que o turista estrangeiro valorizou (nota 8,5) a qualidade da oferta turística, bem como o turista brasileiro (nota 8,2). Houve uma pequena variação entre as notas atribuídas por turistas brasileiros e estrangeiros. O valor das avaliações pode ser considerado alto, sugerindo que os visitantes gostaram das atividades desenvolvidas na região de estudo.

Entretanto, quando se solicitou que eles avaliassem alguns atrativos separadamente (p. ex. artesanato e apresentação de festas tradicionais), eles os classificaram de “bom”. Esse resultado sugere que alguns atrativos devem ser melhorados, uma vez que os mitos e ritos não estão desaparecendo em função da influência religiosa no local.

Conclusões e recomendações

Nos últimos anos, a procura por áreas naturais para a prática de atividades turísticas tem crescido vertiginosamente. As pessoas procuram os ambientes naturais durante seu tempo de lazer como forma de evitar, pelo menos por um pequeno período, o tumulto dos grandes conglomerados urbanos. Era de se esperar, portanto, que as áreas naturais protegidas fossem cada vez mais procuradas para as atividades de lazer ao ar livre. Neste contexto, a Estação Ecológica de Anavilhanas apresenta uma considerável relação de atrativos e facilidades que podem atender a demanda crescente por ambientes conservados e por populações tradicionais pouco afetadas pelo

modo de vida urbano.

No entanto, a utilização das Anavilhanas para as atividades turísticas, ou de uso público, ainda não é consenso. É oportuno verificar que essa unidade de conservação pertence à categoria de manejo denominada estação ecológica. As restrições legais são inúmeras, visto que o objetivo principal da criação dessas unidades é a conservação dos ecossistemas nelas representados. Mas mesmo para as ESECs é possível desenvolver atividades de uso público. O Plano de Manejo, principal documento legal das unidades de conservação, deve apresentar em seu escopo um zoneamento que indique possíveis áreas para as atividades de uso público. Certamente essas atividades deverão seguir regras especificadas no plano de manejo da unidade de conservação, bem como os critérios e princípios envolvidos com as boas práticas turísticas.

Dessa forma, a implantação do uso público em unidades de conservação requer um investimento concentrado em termos de organização da população envolvida, incluindo sua capacitação e a mobilização de instituições governamentais e não-governamentais. Além do mais, não é sempre que as instituições conseguem atingir uma boa articulação entre si, uma vez que têm perfis e objetivos diferentes. O processo de implantação de um projeto de visitação pública é complexo e deve responder a uma série de exigências de diversas ordens. A criação de uma metodologia fechada visando implantar o uso público em unidades de conservação, principalmente na Amazônia, não parece ser uma proposta sensata, uma vez que dificilmente abrangerá as multifacetadas características da região. Entretanto, uma metodologia própria e aberta para as unidades de conservação na Amazônia, de acordo com a situação de cada região à qual essa unidade de conservação está inserida, poderá servir como um ponto de partida no sentido de minimizar os problemas previsíveis.

Para a viabilidade de qualquer projeto de turismo sustentável em áreas protegidas, é necessário levar em consideração as características sociais, ambientais, econômicas e institucionais.

Também é preciso ter em mente que qualquer modalidade que almeja o desenvolvimento sustentável deverá ser replicada e adaptada para outras localidades que, obviamente, terão características diferentes em diversos âmbitos.

A criação de um modelo único para o uso público que envolvesse as unidades de conservação da Amazônia seria uma tarefa inviável. Entretanto, existem regras básicas de conduta a serem adotadas no transcorrer de um projeto de uso público, e estas podem ser decisivas para o seu sucesso. Por serem regras gerais, podem ser aplicadas a toda a extensão amazônica, desde que adaptadas às situações específicas.

Assim, de acordo com os dados analisados, recomenda-se:

- Fazer gestões junto ao IBAMA e ao Ministério do Meio Ambiente com o objetivo de acelerar a conclusão do Plano de Uso Público para a ESEC de Anavilhanas, que se encontra atualmente em fase final de elaboração.

- Elaborar um cronograma para a implantação do Plano de Uso Público - a elaboração de uma Agenda com todos os passos para a implementação do plano, incluindo as possibilidades de erro, é o ponto de partida para o sucesso das atividades.

- Divulgar os conceitos de sustentabilidade e de alterações socioambientais aplicados às atividades de uso público.

- Criar um código de ética para o uso público na ESEC de Anavilhanas e área de entorno - a criação desse código deve ter ampla participação de todos os segmentos envolvidos com a atividade, visando sua legitimidade e factibilidade.

- Capacitar todos os segmentos envolvidos - comunidades, guias, empresas e instituições públicas -, com relação ao uso público em unidades de conservação.

- Divulgar a ESEC de Anavilhanas nas comunidades localizadas em seu entorno e também nas empresas do *trade* turístico, ressaltando sua condição de estação ecológica.

- Garantir ampla participação das comunidades envolvidas em todas as fases das atividades de uso público, evitando com

isso a exclusão de parte de sua população e conseqüente insustentabilidade da atividade.

- Melhorar a qualidade dos atrativos turísticos e das informações transmitidas pelos guias durante as atividades.

- Diversificar as atividades turísticas. A prática de várias atividades consorciadas que aproveitem da melhor forma possível os atrativos da região, mostra-se mais sustentável do que a prática intensiva de apenas uma atividade, que pode colocar em risco todo o empreendimento.

- Valorizar a cultura local como atrativo turístico através de um trabalho educativo que permita às populações das comunidades compreender sua importância para essa prática.

- Possibilitar maior integração entre as instituições públicas e o trade turístico.

- Elaboração de um programa de educação ambiental para dois públicos alvos definidos: os envolvidos diretamente com o desenvolvimento das atividades (comunitários, guias, profissionais das empresas de turismo, etc.) e para os visitantes.

- Elaboração de um programa de vigilância e fiscalização, visando o controle das ações implementadas dentro da ESEC de Anavilhanas e na sua área de entorno.

- Elaboração de um programa de marketing, para promover a correta divulgação e comercialização dos produtos.

Bibliografia

BRASIL

2000 “Lei n.º 9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da”. Constituição Federal, institui o Sistema Nacional Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências”. Disponível em:

<<http://www.socioambiental.org/websites/noticias/naintegra/docs/snuc.html>> Acesso em: 13 de maio 2002.

Ceballos-Lascuráin, H.

1996 “Tourism, Ecotourism and Protected Areas”. Cambridge: World Conservation Union.

EMBRAPA

2001 “CD Brasil visto do espaço”.

Disponível em:

<http://www.cdbrasil.cnpm.embrapa/am/htm/am03_04.htm> Acesso em: 12 de novembro de 2001.

Figueiredo, S. L.

1996 “Turismo e Cultura: um estudo das modificações culturais no município de Soure em decorrência da exploração do turismo ecológico”. In: Lemos, A. I. G. (org.). *Turismo: impactos socioambientais*. São Paulo: Editora Hucitec.

Gil, A. C.

1999 “Métodos e Técnicas de Pesquisa Social”. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas.

Giongo, F.; Bosco-Nizeye, J.; Wallace, G. N.

1993 “A Study of Visitor Management in the World’s National Parks and Protected Areas”. Denver: Colorado State University.

IBAMA

1999 “Plano de Manejo da Estação Ecológica de Anavilhanas”. Brasília: MMA/IBAMA.

Kitamura, P. C.

2001 “Biodiversidade na Amazônia: por uma abordagem regional das unidades de conservação”. In: Garay, I.; Dias, B. (orgs.). *Conservação da Biodiversidade em Ecossistemas Tropicais: avanços conceituais e revisão de novas metodologias de avaliação e monitoramento*. Petrópolis: Editora Vozes.

MICT/MMA.

1994 “Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo”. Brasília: EMBRATUR/IBAMA.

Pearce, D. G.

1994 “Alternative Tourism: Concepts, Classifications and Questions”. In: Smith, V. S.; Eadington, W. R. (eds.). *Tourism Alternatives: Potentials and Problems in the Development of Tourism*. Chichester.

Roe, D.; Leader-Williams, N.; Dalal-Clayton, B.

1997 “Take Only Photographs, Leave Only Footprints: the environmental impacts of wildlife tourism”. International Institute for Environment and Development, *Wildlife and Development Series*, London, n. 10, out, p. 1-72.

- Ruschmann, D. M.
1997 "Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente". Campinas: Papirus Editora.
- Salati, E.; Junk, W. J.; Shubart, H. O. R.; Oliveira, A. E.
1983 "Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia". São Paulo: Brasiliense/CNPq.
- SEC
2002 "Indicadores de Turismo do Estado do Amazonas – 2002". Manaus, 31 p.
2001 "Indicadores de Turismo do Estado do Amazonas – 2001". Manaus, 33 p.
- Wearing, S.; Neil, J.
1999 "Ecotourism: Impacts, Potentials and Possibilities". Oxford: Butterworth-Heinemann.
- Wood, M. E.
2002 "Ecotourism: Principles, Practices & Policies for Sustainability". Paris: UNEP/The Ecotourism Society.